

SAÚDE BUCAL COLETIVA: IMPLEMENTANDO IDÉIAS, CONCEBENDO INTEGRALIDADE. Lopes MGM. Rio de Janeiro: Editora Rubio; 2008. 208 pp. ISBN: 978-85-7771-015-7

Em função do momento em que vive a Saúde Bucal Coletiva em nosso país, o livro *Saúde Bucal Coletiva: Implementando Idéias, Concebendo Integralidade* mostra-se extremamente oportuno por apresentar uma discussão abrangente sobre Integralidade e o desafio de vencer os obstáculos para sua inserção na academia e nos serviços. Assim, o livro tem a integralidade como eixo transversal em suas quatro partes que são subdivididas em capítulos.

A primeira é denominada *Processos de Construção da Integralidade: Subjetividade e Participação Social em Saúde Bucal Coletiva*. O primeiro texto, assinado por Carlos Botazzo, discute, com propriedade, a complexidade da produção do cuidado integral em saúde bucal, tomando, como categorias de análise, integralidade, clínica e clínica odontológica, saúde bucal e bucalidade. O autor aborda pontos que deveriam compor um programa político para a Saúde Bucal Coletiva, entre os quais destacamos “*submeter o aparelho formador aos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde*” buscando ultrapassar o centramento dentário, as concepções tecnicistas e biologicistas que predominam no ensino odontológico. Em seguida, Marco Antônio Manfredini explora a relação entre saúde bucal e cidadania, historiando, de forma clara e concisa, os registros de temas ligados à odontologia e à saúde bucal nas Conferências Nacionais de Saúde e Saúde Bucal, e conclui o texto dizendo: “*Para os que se ocupam da luta cotidiana em defesa da vida e da saúde do país, persiste o desafio de se estudarem as causas da contradição entre a necessidade sentida da população por tratamento dentário e a precária organização desta na defesa do direito de cidadania de saúde bucal*”. Em seqüência, Nilson Santos Beltrame e Paulo Capel Narvai abordam a participação comunitária e como esta poderia se transformar em instrumento propulsor de políticas públicas de saúde que contemplem o princípio da integralidade. Os autores discorrem, de forma esclarecedora, sobre o conceito de “alteridade negada” na avaliação da atuação dos conselhos de saúde e abordam o caso do Conselho Municipal de Saúde de São José dos Campos (São Paulo), apontando seus avanços e fragilidades. Concluindo essa parte, Alexandre Teixeira Trino remete-nos para uma visão mais ampliada da saúde e da doença, bem como para uma reflexão sobre a contradição que ainda vive a odontologia brasileira; abordando ainda o papel da saúde bucal coletiva na saúde suplementar.

Na segunda parte, os autores abordam o *Processo de Ensino-Aprendizagem: Integralidade na Formação de Trabalhadores em Saúde Coletiva*. Inicialmente, Danielle Mattos discorre sobre a influência do modelo biomédico nas práticas de ensino e como a escola de Odontologia apreendeu o paradigma educacional em saúde com base nos relatórios Flexner e Gies, e problematiza a construção curricular a partir das diretrizes para o curso de Odontologia considerando o princípio da integralidade em saúde. Na seqüência, Leda Maria de Medeiros Hansen discute a possibilidade de inserir a integralidade na formação técnica em saúde. A autora apresenta um rico referencial teórico acerca do conceito de integralidade e ainda o relato de experiência do CEFOPÉ (uma escola técnica da Secretaria de Estado de Saúde do Rio Grande do Norte, componente da Rede de Escolas Técnicas do SUS – RETSUS), visando a contribuir para a busca de caminhos viáveis para a integralidade. A pós-graduação em saúde coletiva, com foco no conceito de integralidade, é tratada por Samuel Jorge Moysés que, de forma brilhante, introduz o capítulo com nota filosófica e segue apresentando um breve histórico sobre a pós-graduação no Brasil e “*as incursões odontológicas nessa trajetória*”. O autor não questiona a expansão quantitativa da pós-graduação em Odontologia no Brasil, porém faz uma análise crítica quanto aos aspectos qualitativos, uma vez que “*seguiu caminhos nem sempre ajustados à realidade brasileira e às necessidades da população em geral*”. Conclui o capítulo considerando que “*as políticas e os programas atuais contemplam alguns dos signos da integralidade como o acolhimento, o cuidado e a transdisciplinaridade*” e expressa o pensamento para uma agenda de pesquisa da Pós-graduação em Saúde Bucal Coletiva, o que certamente nos traz relevante contribuição.

A terceira parte, intitulada *Processo de Trabalho em Serviços Públicos: Contextualizando a Integralidade na Produção de Saúde*, inicia-se com o texto de Ana Paula Meirelles MacCord e Rosiângela Ramalho de Souza Knupp que, face ao consistente e abrangente marco teórico, impulsiona o leitor a uma reflexão quanto à dimensão subjetiva que toda prática de saúde presume e, assim, entender a fundamental relevância da comunicação não-verbal e as relações interpessoais na integralidade. Segue, então, o texto de Michelle Cecille Bandeira Teixeira que expõe, com embasamento e clareza, as concepções multi, inter ou transdisciplinar; justifica a escolha transdisciplinar como uma perspectiva de trabalho de equipe em saúde, porém sem excluir a interdisciplinaridade, e faz uso da tecnologia do trabalho em saúde para instrumentalizar a compreensão do que pode influenciar o processo de trabalho em equipe. Con-

cluindo essa parte, Norma S. Thiago Pontes e Adriana Cavalcanti de Aguiar discutem a Educação Permanente em Saúde (EPS) como uma estratégia transformadora na busca da integralidade no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF) e descrevem um estudo qualitativo com cirurgiões-dentistas que atuam no PSF do Município de Petrópolis (Rio de Janeiro), onde identificaram os principais obstáculos para a organização do trabalho, dos quais destacamos, aqui, a demanda reprimida à atenção odontológica e os conflitos a serem superados na construção do trabalho interdisciplinar.

Na quarta e última parte, *Processo de Gestão em Programas Pautados na Integralidade: Desafios e Experiências Inovadoras*, são analisados alguns aspectos das políticas de saúde bucal. Uma breve retrospectiva da política de saúde bucal no Brasil é descrita por Monique da Costa Sandin Bartole até o surgimento do programa Brasil Sorridente, em 2004, como uma política específica referendada como Política Nacional de Saúde Bucal cuja apresentação faz menção ao documento Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal, publicado em janeiro do mesmo ano, que a autora apresenta com detalhamento, enfatizando a concepção do indivíduo em sua integralidade. Ainda nessa perspectiva, Mônica Guimarães Macau Lopes e Mirella Giongo Galvão da Silva fazem uma análise da trajetória histórica da Odontologia no Brasil – *dos movimentos sociais em saúde bucal aos programas de saúde bucal* – e seguem ressaltando a utilização da integralidade como base nas formulações políticas e, conseqüentemente, mudança de práxis. No último capítulo, Macau Lopes apresenta um programa de Saúde Bucal na atenção materno-infantil, que vem sendo desenvolvido desde 2004 como resposta a uma demanda reprimida e representou uma oportunidade de desenvolver integralidade e o desenvolvimento de uma nova práxis, de forma especial o acolhimento.

O livro oferece uma relevante contribuição para a formação de profissionais de saúde bucal comprometidos com as perspectivas de ampliação e transformação das práticas neste tipo de saúde.

Maria Augusta Bessa Rebelo
Faculdade de Odontologia, Universidade Federal do Amazonas,
Manaus, Brasil.
augusta@ufam.edu.br

ÉTICA EM PESQUISA: TEMAS GLOBAIS. Diniz D, Sugai A, Guilhem D, Squinca F, organizadoras. Brasília: LetrasLivres/Editora UnB; 2008. 404 pp. (Coleção Ética em Pesquisa, 4).

Comentar a mais nova publicação da parceria Editora UnB e LetrasLivres é motivo de dupla alegria: pela qualidade dos textos incluídos no livro e pela satisfação de ser uma dos 273 participantes do I Curso de Atualização a Distância em Ética em Pesquisa, que tiveram o privilégio de discutir em primeira mão os dez módulos ou capítulos principais que compõem *Ética em Pesquisa: Temas Globais*. O mencionado curso, executado no segundo semestre de 2008, foi uma realização da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, e da Universidade de Brasília (UnB) e contou com recursos do Ministério da Saúde (DECIT/MS), do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

O livro, que contém 404 páginas, está organizado em agradecimentos, introdução, dez capítulos e posfácio, seguidos de glossário e referência biográfica dos autores. É acompanhado de um DVD com entrevistas e debates realizados pela UnBTV. A obra é produto do diálogo de um extenso número de pessoas, especialmente: das quatro organizadoras do livro (Debora Diniz, Andréa Sugai, Dirce Guilhem e Flávia Squinca, pesquisadoras da Universidade de Brasília e professoras do curso) e dos autores dos capítulos (16 no total, procedentes de países tão distantes como Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, Chile, Escócia, Filipinas e Reino Unido).

Focado nas atuais discussões da ética em pesquisa, não podemos dizer que se trata de uma obra exclusivamente da bioética ou de interesse primordial para as Ciências da Saúde. A multiplicidade de autores e pessoas dialogando através do texto inclui aportes provenientes de diferentes áreas e disciplinas científicas: antropologia, biologia, ciência política, direito, economia, enfermagem, filosofia, medicina, nutrição, psicologia, serviço social, sociologia. Todos esses aportes confluem de maneira harmoniosa, porém nem sempre consensual, para discutir um tema transversal e intrínseco à pesquisa científica: a ética em pesquisa, seus avanços, recuos, desafios, potencialidades. Assim, não se trata de mais uma coletânea que reúne artigos dispersos sobre um tema da moda: trata-se de uma obra complexa, que reflete a idealização e a execução de um curso de maneira coordenada, curso pensado em cada detalhe para conduzir um grupo muito heterogêneo de participantes, desde sua iniciação até as polêmicas mais ásperas envolvidas no cenário da ética em pesquisa.

Os dez capítulos principais, junto da introdução e do posfácio elaborados pelas coordenadoras do curso, sinalizam a abrangência temática do livro, que trata sistematicamente de todos os assuntos de destaque na discussão global atual sobre ética em pesquisa:

1. *O Surgimento e a Consolidação da Bioética Como Campo Disciplinar* (de Sérgio Costa);
2. *A Trajetória Histórica da Ética em Pesquisa com Seres Humanos no Nível Internacional* (de Miguel Kottow);
3. *O Processo de Elaboração do Arcação Normativo da Ética em Pesquisa no Brasil* (de Dirce Guilhem e Dirceu Greco);
4. *A Necessidade de Proteção das Populações Vulneráveis* (de Wendy Rogers e Angela Ballantyne);